

**Folha de S. Paulo**

**28/9/1984**

### **Governo de SP desconhece plano para explosão social**

Clóvis Rossi

O governo do Estado de São Paulo não tem conhecimento de qualquer plano de greves orquestradas, combinando os trabalhadores rurais do Estado (especialmente os cortadores de cana) e os metalúrgicos da Capital e do Interior, plano que poderia, eventualmente, afetar a própria sucessão presidencial.

A informação é de uma alta fonte do governo paulista e contradiz, de certa forma, afirmações feitas anteontem a esta Folha pelo secretário do Trabalho, Almir Pazzianotto Pinto, no sentido de que o governo está preocupado com a possível eclosão de novos distúrbios no interior, semelhantes aos que ocorreram na região de Guariba em maio último.

O que o governo admite é o potencial explosivo da delicada situação econômica dos assalariados em geral e, em especial, dos bóias-frias, que, com o término da colheita de cana-de-açúcar, correm o risco de ficar desempregados. De qualquer forma, o secretário do Trabalho exagerou na avaliação do número de trabalhadores que poderão ficar sem trabalho após o término da colheita de cana, ao falar em 300 mil pessoas, quando, em todas as lavouras do Estado, o número de bóias-frias não passa de 2 mil. E boa parte deles continuará trabalhando a pleno vapor na medida em que esta época é, justamente, a do pico de outras produções que não a cana.

### **Usineiros alarmaram**

O que provavelmente levou o secretário do Trabalho a alarmar-se (ele está viajando pelo Sul de Minas e não pode ser localizado) foi a pressão dos usineiros de açúcar, que já tiveram duas reuniões com o governo do Estado e, em ambas, deixaram claro o temor de uma nova e mais grave explosão social, como a de Guariba. Em uma das reuniões, os usineiros chegaram a pedir segurança, que lhes foi negada pelo governo estadual, a partir de um raciocínio elementar: há 120 mil trabalhadores agrícolas na região de Ribeirão Preto — considera o eixo dos potenciais problemas — e a Polícia Militar não poderia contar, com mobilização total, com mais de 5 mil homens. "Seria uma guerra convencional", diz fonte do governo do Estado.

Na segunda reunião com secretários de Estado, os usineiros preferiram fazer solicitações de ordem econômica, que estão sendo estudadas, mas dificilmente poderão ser atendidas. Até porque o governo Montoro considera que os usineiros de açúcar tem um "acumulado" (a expressão é de um secretário de Estado) suficiente para fazer concessões razoáveis aos trabalhadores e, com isso, desmontar o potencial explosivo da região.

Quanto à possível articulação de greves no campo e na cidade, essencialmente por influência do Partido dos Trabalhadores, o governo também desconhece e duvida, até, que ela exista. A propósito, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Jair Meneghelli, recebeu com uma sonora gargalhada a informação e, naturalmente, desmentiu-a frontalmente.

Mais ainda: algumas empresas de porte médio, da região de São Bernardo do Campo, já se comprometeram, formalmente, a conceder reajustes de 100% do INPC para todas as faixas salariais, o que é o meio caminho andado para desarticular a possibilidade de uma greve geral no setor metalúrgico para novembro.

De qualquer forma, a hipótese existe, na medida em que Meneghelli garante que seu sindicato não vai admitir menos de 100% do INPC para qualquer faixa salarial "nesse caso, vamos p'ro

pau", diz o líder metalúrgico, "é uma questão de honra lutar contra o 2.065 ou qualquer outro decreto que venha a substituí-lo nas mesmas condições", garante Meneghelli.

Também os metalúrgicos da Capital vão lutar pelas mesmas coisas, mas não há articulação entre eles e os de São Bernardo, pois são visíveis as diferenças políticas que separam uns dos outros (os primeiros ligados a Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras e, os de São Bernardo, a Central Única dos Trabalhadores).

A guerra pelos salários pode, naturalmente levar a eclosão de greves, mas daí até enxergar um plano articulado para o caos social vai uma distância enorme. A menos que se continue a considerar a questão social um caso de polícia, o que não ajuda em nada o difícil parto da democracia neste País.

***(Primeiro Caderno — Página 8)***